



VI ENCONTRO MARANHENSE DE AGROECOLOGIA

AGROECOLOGIA do MARANHÃO
RUMO À Cúpula dos Povos



RELATÓRIO VI ENCONTRO MARANHENSE DE AGROECOLOGIA - EMA

AGOSTO 2025

Sumário

Abertura	3
Mesa de Análise de Conjuntura Sociopolítica.....	3
Painel I – “Ações de enfrentamento ao avanço do agronegócio e uso de agrotóxicos”	6
Mesa de Lançamento de livros	8
Plenária das Mulheres da Agroecologia: “Mulheres da Agroecologia: Resistências Femininas rumo à Cúpula dos Povos”	9
Painel 2, tema “Convenção 169 e Protocolo Biocultural”	13
Painel 3 Mercado de Carbono, Contratos Voluntários de REDD+ e Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA do Maranhão.	18
Pacarã de Saberes da RAMA e Exposição das ações da RAMA 2024 e 2025.	21
Anexos.....	24

Relatório Descritivo

Abertura

Entre os dias 26 e 28 de agosto de 2025, realizou-se, na sede da FETAEMA, em São Luís – Maranhão, foi realizado o IV Encontro Maranhense de Agroecologia (EMA). A programação iniciou-se às 14h42 com uma mística preparada e apresentada pelos representantes do Grupo de Trabalho de Juventudes da RAMA.



A mística foi composta por diferentes momentos: inicialmente, exibiu-se o vídeo *A morte do lavrador*. Em seguida, jovens adentraram o espaço com instrumentos musicais, procedendo à leitura do poema de abertura, acompanhados da entrada da bandeira da RAMA. Após a mística, ocorreram falas de denúncia, intervenções de ordem e, em seguida, a farinhada e a chamada das organizações presentes, que se apresentaram.

Na sequência, Linalva Cunha, integrante da Coordenação da RAMA, deu as boas-vindas, destacando a relevância do tema na conjuntura atual e apresentando a programação do encontro. Informou que, à noite, seria lançado o Mapa de Denúncias contra os Agrotóxicos e seus Impactos, e que ao longo dos três dias seriam realizadas análises de conjuntura e um painel voltado ao enfrentamento do agronegócio. Ressaltou a importância da pontualidade e do cumprimento dos horários, além da realização inédita da Plenária das Mulheres. Em seguida, apresentou a programação oficial e conduziu a abertura da primeira mesa, da qual foi mediadora.

Mesa de Análise de Conjuntura Sociopolítica

A mesa de *Análise de Conjuntura Sociopolítica*, abordou mudanças climáticas, uso de agrotóxicos como arma e o papel da agroecologia e das políticas públicas na defesa da vida. Cada participante teve 20 minutos para exposição, seguidos de debate com o público. A mesa contou com Nieves Rodrigues (Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida / Cúpula dos Povos), Vania (MST), o Promotor de Justiça Paulo Ribeiro e Fábio Pacheco (Associação Tijupá).

Nieves Rodrigues cumprimentou os presentes e destacou a ampla participação de mulheres na plenária. Comentou sobre a atuação de 14 anos da campanha e a relevância da Cúpula dos Povos como espaço de articulação. Ressaltou casos de envenenamento por agrotóxicos em diferentes regiões, a luta contra a legislação favorável ao agronegócio e a formulação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), enfrentando morosidade do governo e resistência do setor agroindustrial. Citou exemplos de denúncias em Estados como Ceará e destacou a continuidade da campanha, em parceria com a RAMA e outras organizações, em defesa da vida dos trabalhadores rurais.



Em sua intervenção, Linalva Cunha agradeceu à FETAEMA e destacou que as exposições poderiam subsidiar encaminhamentos para instâncias nacionais e internacionais, como a COP 30. Ressaltou a morosidade no tratamento dos casos de envenenamento, a necessidade de unificação do canal de denúncias e a injustiça sofrida pelas comunidades atingidas.

Vania, do MST, abordou a questão agrária e ambiental, contextualizando o movimento e convidando à reflexão sobre o desejo coletivo por um território livre. Apresentou mapas da Amazônia e do Cerrado, destacando áreas dominadas pelo agronegócio, mineração, territórios de resistência, desmatamento, impactos climáticos e pressões sobre rios e comunidades ribeirinhas. Ressaltou a relação entre expansão do agronegócio, monocultura da soja, grilagem de terras e violência contra comunidades locais. Apontou que 33% do território maranhense e 18% do baiano estão impactados pelo desmatamento, agravado pelo uso de agrotóxicos e grandes projetos de monocultura, como o eucalipto. Citou ainda a situação de comunidades quilombolas, como em Aldeias Altas, destacando vulnerabilidade frente ao agronegócio e a necessidade de desocupação das áreas por este setor.

Cláudio Rebelo, presidente do Fórum Estadual de Combate aos Agrotóxicos, destacou os impactos das mudanças climáticas, a expansão do agronegócio e a liberação de 660 novos agrotóxicos em 2024. Comentou a importância do material de denúncias da RAMA, mas alertou para a limitação de exames laboratoriais e a necessidade de unir forças para garantir a proteção ambiental. Informou sobre audiência pública em Duque Bacelar, no dia 12 de setembro, para coleta de informações e análise normativa sobre agrotóxicos.

Em seguida, Fábio Pacheco iniciou sua fala destacando que a Cúpula dos Povos é um espaço autônomo e paralelo, criado para garantir que os povos tenham voz, já que historicamente não houve espaços adequados dentro da COP. Ele explicou que a tentativa de transferir a COP de Belém possui caráter estratégico, motivada pelo receio de que manifestações sociais possam constranger os organizadores.

Fábio Pacheco destacou que o evento conta com grupos de trabalho e coordenação jurídica, com ênfase no eixo da alimentação, e que um grupo específico garantirá alimentação 100% agroecológica durante a Cúpula, apoiada pelo PAA. Ressaltou que, enquanto a COP oficial favorece o agronegócio, os movimentos sociais priorizarão alimentos agroecológicos, rejeitando a indústria alimentar. Para ele, a alimentação é uma forma concreta de demonstrar a viabilidade da agroecologia. Criticou soluções ineficazes da COP 30, citou dados da UFMA sobre mudanças climáticas no Maranhão e destacou que o evento paralelo também visa discutir financiamento de iniciativas agroecológicas, informando sobre inscrições para os seis eixos temáticos e a disponibilidade de espaço para pernoite e debates.

Linalva Cunha agradeceu a exposição e informou que seria realizado um bloco de perguntas, com duas questões a serem respondidas, com tempo previsto de dois minutos.

Valdivino, da Cáritas, refletiu sobre os desafios das mudanças climáticas e questionou a efetividade das ações da COP, lembrando que desde 1998 muitas recomendações pouco foram implementadas, permitindo o avanço do agronegócio. Finalizou sua fala com a pergunta a Fábio Pacheco: “Será que desta vez algo será feito ou continuaremos enfrentando e resistindo por mais 500 anos?”

Ricardo, da Assema, destacou a necessidade de novas ações diante do cenário político desafiador, ressaltando o papel da sociedade civil e a importância de eleger representantes comprometidos com pautas populares. Enfatizou a agroecologia como exemplo de resistência e afirmou que já existem sementes plantadas, simbolizando iniciativas que fortalecem a defesa da vida e do território.

Agenor, da Assema/COPALJ, parabenizou a mesa e destacou que debates como esse fortalecem os movimentos sociais. Alertou para a redução da produção de babaçu devido às mudanças climáticas, ameaçando a população local, e ressaltou que a agroecologia é a estratégia da organização para resistência e preservação dos modos de vida tradicionais.

Em seguida, Linalva Cunha solicitou à mesa que apresentasse suas considerações finais e respondesse à pergunta de Valdivino.

Vania enfatizou que a alternativa para os povos é a luta e a diversidade, ressaltando que, na era da comunicação, é fundamental utilizá-la como instrumento de denúncias e fortalecimento da narrativa coletiva.

Nieves agradeceu e destacou que encontros como este são essenciais para consolidar ideias e avançar na proteção dos direitos humanos, mencionando a construção de novas parcerias com a RAMA.

Fábio Pacheco agradeceu a fala e afirmou que não acredita no capitalismo, mas na revolução, reforçando a importância de criar conexões reais e de que as soluções não virão dos governos, mas do povo organizado.

Por fim, Linalva Cunha agradeceu aos membros da mesa e anunciou um intervalo para lanche.

Painel I – “Ações de enfrentamento ao avanço do agronegócio e uso de agrotóxicos”

Após o intervalo para lanche, Fábio Pacheco conduziu o painel, convidando os representantes da mesa: Diogo Cabral (FETAEMA), Marta Bispo (CNBB), Ronaldo Sobré (UFMA) e Ariana Gomes (RAMA). Cada participante teve 10 minutos para intervenção, seguidos de falas da plenária.

Diogo Cabral iniciou agradecendo e ressaltou que o Maranhão concentra os maiores conflitos agrários, resultado da expansão do agronegócio, cuja expressão “veneno” reflete esse modelo. Com base em pesquisa na comunidade Carrancos, observou que, durante a guerra na Ucrânia, a produção agrícola se intensificou com aumento da soja e redução de arroz e feijão, caracterizando um processo de acumulação primitiva. Destacou que a pulverização de agrotóxicos é uma forma de violência, com uso de produtos proibidos em países como EUA e União Europeia, mas liberados no Brasil, e que a pulverização aérea se tornou prática comum, diferente do que ocorre na Europa. Ressaltou a criação de leis municipais que proíbem essa prática e mencionou projetos de lei da RAMA e outras organizações, destacando que a constitucionalidade da lei do Ceará reforça a possibilidade de leis similares no Maranhão.

Diogo ainda citou denúncias apresentadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à ONU, mostrando que ações locais têm impacto internacional. Reforçou a importância da coleta de dados, destacando o papel da LEPENG em colocar a ciência a serviço do direito à

saúde. Por fim, afirmou que o Fórum Estadual de Impactos dos Agrotóxicos é uma ação de incidência política e que a luta contra os agrotóxicos é, essencialmente, em defesa da vida, apoiada em três pilares: incidência política, agroecologia e ciência, concluindo com a afirmação: *"Não vamos recuar."*

Ronaldo Sodré (UFMA) apresentou as ações de monitoramento da LEPENG desde 2024, voltadas ao enfrentamento do agronegócio. Ressaltou que essas ações são medidas concretas de enfrentamento e homenageou Ariana Gomes, destacando seu exemplo de resistência após ameaças recebidas. Ele enfatizou o tripé da agroecologia, contrapondo os impactos negativos no Maranhão sobre sociobiodiversidade e saúde. Apontou a contaminação de alimentos, como tomates com 88% de agrotóxicos, associando o uso de agrotóxicos a problemas de saúde, incluindo câncer, Alzheimer e transtornos do neurodesenvolvimento, como TDAH e autismo e destacou que o Estado lidera em conflitos agrários e desmatamento, especialmente no cerrado, e que um terço dos agrotóxicos usados internamente é proibido em outros países, caracterizando o chamado colonialismo químico. Mencionou que, no dia da aprovação do PRONARA, 115 novos agrotóxicos foram liberados. Ronaldo encerrou mostrando um mapa do aumento dos municípios afetados pelo uso de agrotóxicos, reforçando a necessidade de monitoramento, políticas públicas e ações de resistência. Fábio Pacheco acrescentou que o PRONARA são foi aprovado após quatro tentativas, incluindo intervenção do presidente Lula.

Marta Bispo (CNBB) ressaltou o papel histórico e atual da Igreja Católica na defesa dos pobres e na proteção socioambiental, fundamentado na fé e no compromisso com a libertação do povo. Contextualizou o Sínodo da Amazônia e a eleição do Papa Francisco, relacionando-os   atuação da Igreja em questões ambientais. Destacou a necessidade de leis populares contra os agrotóxicos, mencionou a parceria com a RAMA e conclamou todos a se engajarem, enfatizando solidariedade, f  e compromisso com a vida e o território.

Ariana Gomes (RAMA) ressaltou que a luta da RAMA reflete a resistência dos povos que praticam agroecologia, com foco na produção agroecológica como bandeira de resistência e resultados concretos para as comunidades. Destacou que o trabalho da RAMA envolve produção de conhecimento, denúncias e acompanhamento das comunidades, especialmente mulheres e crianças expostas aos agrotóxicos. Ela relatou impactos ambientais e sociais, como morte de aves, destruição de florestas, derrubada de babaçuais, contaminação de rios, perdas na produção e problemas de saúde, incluindo prurido em crianças, além da criminalização de denunciante. Ariana apresentou materiais de comunicação da RAMA e dados sobre leis

relacionadas ao tema (24 propostas, 12 aprovadas e 2 revogadas), reafirmando seu compromisso com a luta, a terra e a vida.

Fábio Pacheco deu sequência ao painel e abriu um bloco de perguntas, com três intervenções da plenária.

Gracileia destacou a gravidade dos dados apresentados, mencionou a desvalorização do cerrado e relatou preocupações pessoais: seu filho é autista e um médico indicou que o aumento de casos pode estar relacionado aos agrotóxicos. Comentou ainda sobre as ameaças à RAMA e enfatizou a necessidade de fortalecer a luta coletiva, sem permitir que dificuldades enfraqueçam o movimento.

Marques de Urbano Santos ressaltou que o capital financia e depois cobra das lideranças, observando a cooptagem de muitos representantes locais. Destacou a necessidade de mobilização social, lembrando que aqueles que defendem o meio ambiente não se alinham aos interesses do agronegócio, e enfatizou a importância de resistir às imposições do capitalismo sobre as comunidades.

Valdivino afirmou que vivemos sob a “lei de Casa Grande” e reforçou que a lei defendida pelo movimento deve proteger os direitos humanos. Recordou que nos anos 1980 enfrentaram grande dificuldade diante do avanço da direita e do apoio de setores de suas bases. Concluiu reafirmando que a resistência é contínua e seguirá firme.

Fábio Pacheco passou a palavra à mesa para as considerações finais, quando os participantes reafirmaram a importância da resistência coletiva, da mobilização social e do fortalecimento da agroecologia como instrumento de defesa da vida e dos territórios. Em seguida, agradeceu a participação de todos e deu continuidade ao evento, chamando Raimundo Alves para conduzir a mesa de lançamento do livro.

Mesa de Lançamento de livros

Raimundo Alves iniciou a mesa de lançamento do livro, destacando a importância da produção de conhecimento, e convidou Vanessa Neco para compor a mesa.

Diogo Cabral explicou que o manual é resultado de encontros com comunidades afetadas, funcionando como guia para agir em situações de violação ambiental. O documento apresenta histórico das empresas, efeitos sobre saúde e meio ambiente, tipos de contaminação e

orientações para denúncias, incluindo registro de ocorrências e procedimentos em casos de derrubadas e queimadas. Ressaltou que o manual está disponível no site da RAMA.

Raimundo Alves enfatizou que o material foi construído por Diogo Cabral e Arianne Gomes. Ronaldo apresentou a cartilha *Guerra Química*, com artigos de Diogo e Arianne, destacando sua objetividade e relevância para compreensão do tema.

Vanessa Neco informou que a cartilha está disponível em PDF no site da RAMA e ressaltou a conexão entre escrita e prática na luta pelos territórios. Destacou que muitos colaboradores eram analfabetos e que o conteúdo foi elaborado de forma acessível, para engajar todos na luta contra os agrotóxicos.

Mariana abordou em seu artigo a legislação sobre agrotóxicos, os tipos utilizados e os problemas decorrentes. Destacou a importância do cumprimento das leis e alertou que, embora alguns municípios tenham proibido determinados produtos, o uso de agrotóxicos ainda persiste.

Arianne mencionou que outros materiais estão em elaboração, resultado de parcerias diversas. Fábio Pacheco ressaltou que esses conteúdos ainda não devem ser divulgados. Raimundo Alves destacou que, no dia seguinte, seriam apresentadas novas experiências de agroecologia desenvolvidas pelas organizações e reforçou que a RAMA permanece aberta a receber contribuições e anúncios de iniciativas. A mesa foi então agradecida.

Plenária das Mulheres da Agroecologia: “Mulheres da Agroecologia: Resistências Femininas rumo à Cúpula dos Povos”

O segundo dia iniciou-se com uma mística que resgatou conquistas históricas das mulheres. Na abertura, Cidvânia deu as boas-vindas, explicou os objetivos da plenária e convidou Gracieleia, que apresentou o histórico do GT de Mulheres. Ela destacou o seminário realizado na UAEFAMA, as dificuldades financeiras enfrentadas, as parcerias firmadas e as principais ações do grupo, como o diagnóstico sobre violências contra mulheres rurais, encontros regionais e escutas com psicólogas do Instituto Aus Ouvidos. Ressaltou ainda a importância do GT como espaço de fortalecimento e a rotina de reuniões mensais que culminou na realização da primeira plenária.

Na sequência, Cidvânia destacou a atuação dos GTs locais, lembrando que o diagnóstico foi feito durante a pandemia, período marcado pelo aumento da violência contra mulheres e territórios. Defendeu a reorganização do movimento frente aos retrocessos de políticas públicas

e ressaltou a construção de uma carta política com base nos dados coletados. Em seguida, foram apresentadas contribuições temáticas.

Ivanessa (Quilombo São Bento do Juvenal) ressaltou sua ligação ancestral com a terra, vista como vida e mãe, e a necessidade de defender territórios e práticas das mulheres diante de preconceitos e ameaças externas. Valorizou a preservação de sementes e memórias, citando exemplos como o registro feito por Dona Dijé, além do compartilhamento de quintais produtivos fortalecidos por organizações como ACESA e MIQCB. Alertou para os riscos do capital e dos transgênicos sobre a diversidade e a segurança alimentar, bem como os impactos



do imediatismo, do desmonte de políticas públicas e da diminuição do trabalho coletivo. Concluiu reforçando que a luta deve ser coletiva.

Raimunda Nonata (Cocalinho / Moquibom) trouxe um testemunho forte sobre as múltiplas violências contra mulheres nos territórios, destacando a psicológica como a mais devastadora. Relatou perseguições, ameaças, difamações, perdas de companheiros assassinados, além de episódios recentes de incêndios e violência não investigados. Denunciou a ineficácia das políticas públicas locais, a contaminação das águas e a vulnerabilidade de mulheres que, mesmo sob risco, continuam sendo criminalizadas. Concluiu pedindo apoio e maior pressão ao Estado.

Conceição Furtado (Quilombo Santa Cruz / ACESA / AMTQC) destacou a importância do autocuidado das mulheres e da proteção à Mãe Terra, que garante sustento e vida. Relatou os trabalhos da ACESA com 39 quintais produtivos, grupos de mulheres e escutas comunitárias apoiadas por psicólogos, valorizando também o uso e o compartilhamento de saberes sobre plantas medicinais. Compartilhou sua experiência pessoal de superação após uma separação, defendendo que as mulheres tenham direito a cuidado, respeito e voz em seus lares. Encerrando, cantou o hino das quebradeiras de coco, reafirmando a resistência feminina.

Cidvania agradeceu e ressaltou a relevância da fala, conectando o debate ao fortalecimento das políticas e à relação entre alimentação, resistências e mudanças climáticas.

Gersina (FETAEMA) enalteceu a presença das mulheres e relatou sua trajetória no movimento sindical, destacando lutas e violências enfrentadas, bem como a importância da Marcha das Margaridas para unificação de pautas. Criticou a sub-representação feminina e apontou falhas no acolhimento de denúncias em municípios, apesar de avanços como a Rede Estadual de Proteção, Casas da Mulher, programas de documentação e habitação rural, além dos decretos assinados por Lula na última Marcha. Denunciou obstáculos logísticos e culturais, como maridos que impedem a participação das mulheres, e reforçou a necessidade de maior integração e efetividade na execução das políticas. Concluiu mencionando a campanha Agosto Lilás e agradecendo o espaço. Sua fala foi encerrada com a música *Plantadeira*, símbolo da resistência das mulheres do campo.

Cidvania agradeceu as partilhas, ressaltou que o enfrentamento nos territórios continua sendo central e que ainda há muito caminho a percorrer. Destacou a sobrecarga de trabalho das mulheres e a necessidade de tempo livre, citou o edital dos quintais como política importante, embora insuficiente, e enfatizou a preservação dos recursos por diferentes meios. Em seguida, abriu espaço para o diálogo com a plenária.

Glaúria relatou sua superação durante a pandemia, enfrentando a fibromialgia e buscando terapia, além de atuar na produção de adubo orgânico em Paço do Lumiar, utilizando casca de coco como substrato.

Francisca, artesã e vice-presidente de cooperativa em São Mateus, reforçou a necessidade de divulgação dos direitos das mulheres. Compartilhou sua história de abuso sexual e de libertação após formações, ressaltando que muitas comunidades ainda não têm acesso a esse conhecimento.

Franciane, presidente da Associação de Moradores de Mangueira, destacou os esforços da associação para garantir igualdade de gênero e sustentabilidade, levantando preocupação com a venda de títulos de terra recebidos por agricultores.

Maria José (TIJUPÁ) emocionou-se com as falas e relatou sua trajetória de superação da violência doméstica. Ao engajar-se na tijupá, tornou-se guardiã da agroecologia e primeira secretária-geral da associação de lavradores, enfrentando preconceitos, mas alcançando conquistas coletivas para as comunidades.

Ângela (FETAEMA) homenageou Sibá e lideranças femininas, ressaltando os desafios de reconhecimento das mulheres como líderes e a necessidade de fortalecer a RAMA e ampliar parcerias. Destacou que muitas ainda sofrem críticas, ansiedade e depressão, mas reforçou que a luta deve continuar, com foco na solidariedade e na transformação dentro das próprias comunidades.

Linalva ressaltou que a composição da mesa buscou evidenciar os desafios, trabalhos e espaços políticos das mulheres. Questionou: “*Quem cuida de quem cuida?*” e destacou que a violência psicológica pode ser ainda mais intensa que outras formas de agressão. Relatou uma oficina de gênero em que percebeu como repressões, agressões verbais e patrimoniais afetam a saúde e o bem-estar das mulheres. Convidou os homens a também participarem do debate com falas de respeito, lembrando que cuidar é também ser cuidado. Enfatizou que o cuidado está no dia a dia, seja com os filhos, com o que se planta ou com o futuro das próximas gerações. Ressaltou ainda que a plenária não busca afirmar que mulheres são melhores que homens, mas sim que eles precisam sair do lugar de poder e se somar à luta conjunta.



Nádia Carvalho relatou que, após um acidente em 8 de março, enfrentou abandono do companheiro e descobriu uma traição. A decisão de se separar foi difícil, mas libertadora. Agradeceu o apoio da irmã e afirmou estar reconstruindo sua vida com orgulho de ser artesã.

Marleide Alves apresentou a atuação da UAEFAMA e das EFAs na emancipação das comunidades por meio da agroecologia, ressaltando a necessidade de orientar os estudantes no enfrentamento da violência doméstica. Questionou como unificar esforços e experiências da rede CEFFAs para fortalecer o trabalho.

Ariana lembrou a parceria com o Instituto Aus Ouvidos, destacando que 99% dos mais de 300 atendimentos foram a mulheres. Ressaltou que o debate deve ser assumido pelas mulheres, mas também precisa da participação dos homens.

Fátima, quebradeira de coco de Timbiras, relatou a luta contra os agrotóxicos e a derrubada de palmeiras, além da organização de feiras e agro quintais para fortalecer a comunidade. Enfatizou a importância de enfrentar os relacionamentos abusivos e defendeu que a luta comece em casa.

Valdivino, quilombola de São Benedito dos Colocados, puxou um canto e lembrou sua trajetória de luta desde a ditadura. Criticou o avanço do agronegócio no Matopiba e defendeu que a segurança e a soberania alimentar só podem ser garantidas com sementes crioulas.



Reforçou a necessidade de estudar as estratégias do capitalismo e buscar libertação.

Cidvania retomou as falas e abriu espaço para os agradecimentos. Gersina destacou a união das mulheres, o autocuidado e a coragem de denunciar abusos. Ivanessa reforçou a necessidade de redes de apoio seguras e de fortalecer a identidade coletiva. Conceição Furtado valorizou ações já realizadas, a atuação das mulheres da ACESA e a importância de perseverar na agroecologia. Cidvania finalizou reafirmando: “*Sem Feminismo não há Agroecologia*”. Vanessa lembrou que o GT de Mulheres dará continuidade aos encaminhamentos. O encerramento ocorreu com uma mística e apresentação de um poema dedicado à mulher.

Painel 2, tema “Convenção 169 e Protocolo Biocultural”

Na tarde do dia 27 de agosto, durante o VI EMA, iniciaram-se os informes. Kátia (RAMA) falou sobre o plebiscito contra a escala 6x1 e convidou todas e todos a participar. Em seguida, Gárdina, representando o Condraf, apresentou o processo de mobilização para as conferências territoriais e estaduais, destacando as que já aconteceram e as que ainda irão ocorrer nos territórios homologados. Ressaltou a importância desses espaços como momentos de construção de políticas para o campo, lembrando que, sem a participação da população, elas não chegam de fato às comunidades.

Logo depois iniciou-se o Painel 2, com o tema “**Convenção 169 e Protocolo Biocultural**”, sobre o direito à consulta livre, prévia, informada e de boa fé, e sobre estratégias para fortalecer a agroecologia e a sociobiodiversidade. Participaram como palestrantes Vitor Hugo (ISPN),

Carolina Natividade (Miri Ponan Puri) e Alice Cristina de Sampaio e Silva, pesquisadora com ampla experiência no tema.

Vitor Hugo – Trouxe um Panorama geral sobre a convenção 169 e construção de protocolos comunitários em alguns territórios quilombolas e povos indígenas.

Vitor inicia com uma pergunta que se alguém já participou de algo que já estava tudo decidido antes da reunião? Vitor diz que a consulta livre é justamente para prevenir isso. Traz o que significa a sigla OIT e o contexto histórico de sua criação.

Muitos dizem que na convenção falam de povos tribais e não de quilombolas ou comunidades tradicionais, mas os povos tribais para o Brasil, é o que a gente chama de povos e comunidades tradicionais e o STF já reconheceu isso. E a consulta prévia tem que acontecer antes da decisão, se acontece o contrário, é desrespeito aos povos. O livre, diz respeito sobre a liberdade de decidir e expressar, sem nenhuma pressão e precisa ser culturalmente adequada em relação aos povos indígenas, ter a tradução para língua nativa e assim, como respeitar a cultura e o tempo das comunidades.

Diz também que, tudo que envolve decisão administrativa, governamental e etc. precisa de consulta e se uma comunidade tem o protocolo ela tem respaldo, além de haver essa maior organização interna e uma comunicação externa, pois é ela que fala como tem que ser e quem vai representar, o que pode e o que não pode dentro do território.

E tem que ser de boa fé. Um exemplo é a estrada de ferro carajás e a situação de Alcântara, não teve consulta previa, não tem e provavelmente não vai existir em nenhum projeto desenvolvimentista essa consulta.

Exemplos como o PSA e Red + aqui no Maranhão que não passaram por nenhuma consulta pública, e novos empreendimentos, como o Fracking, terras raras etc. assim, como essa nova lei aprovada com alguns vetos no congresso, também não faz menção a povos tradicionais que deixa muita gente de fora, os planos de desenvolvimento, de desmatamento, zoneamento. Nenhum desses respeitando a consulta.

No dia 11 de setembro tem alguns protocolos que estão sendo apoiados pelo ISPN em algumas terras indígenas e não tem um manual e nem um guia para a construção, pois ele tem que ser flexível, justamente por ser construído pelos e para os povos e comunidades tradicionais. É

demorando a construção para abranger tudo que a comunidade demanda, seja tempo de colheita, onde ser consultados etc.

Para concluir deixo que o protocolo é um direito e é um processo que ocorre ao longo de algum tempo, sendo feito pelo tempo da comunidade e sem convenção 169 não tem agroecologia, pois é a defesa da força dos territórios.

Cidivânia – pergunta onde estrategicamente é melhor disponibilizar o protocolo?

Vitor - Quanto mais visto melhor, enviar para o estado, secretarias de meio ambiente, defensoria pública, promotoria pública, associações, protocolar etc. quanto mais visibilidade melhor.

Representante do MIQCB - Pode reverter alguma consulta enviesada, de má fé?

Vitor - Pode ser revertida, se a comunidade foi desrespeitada, a consulta não foi feita a comunidade pode tentar cancelar e construir um mais claro. No caso de RED e crédito de carbono, que é algo complicado, antes de tudo a consulta começa com os povos tendo que entender o que é, ou seja, a comunidade tem que estar entendendo do que está sendo tratado.

Assim, após as falas de Vítor Hugo segue a discussão do painel

Carolina - Aproveito para comentar sobre uma das perguntas que surgiram, a respeito de onde disponibilizar os protocolos. Nesse sentido, gostaria de destacar um espaço muito importante que o companheiro Victor mencionou, e também aproveitar para fazer um convite: que vocês conheçam o Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado.

Alice- Os protocolos, como Victor comentou, têm relação com o artigo 169. No Brasil, os protocolos comunitários estão relacionados à Lei nº 13.123, conhecida como Lei da Biodiversidade. Essa legislação trata do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, bem como da repartição de benefícios gerados a partir desse acesso.

De forma geral, os protocolos têm a função de proteger interesses coletivos e de fortalecer a autonomia comunitária. O protocolo de consulta, por exemplo, define de que forma a comunidade deve ser consultada, quando e por quem. Já o protocolo biocultural traz elementos mais amplos, envolvendo a identidade do povo, seus modos de vida, saberes e a relação com o território.

Carolina - Nesse sentido, vale reforçar que a base central é a Constituição Federal, a partir da qual se desdobram legislações e tratados internacionais, como a Convenção 169 da OIT. Além disso, é importante citar o Decreto 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa política vem passando por reformulações, e muitas pessoas aqui presentes talvez estejam acompanhando esse processo. Compreender como essa política impacta a construção dos protocolos é fundamental.

Alice traz alguns exemplos de construção de protocolos bioculturais, e que nesses processos, foram definidos os eixos temáticos que deveriam estar presentes no protocolo. Entre eles estavam: a história da comunidade; os saberes tradicionais; o uso de plantas medicinais; a cultura alimentar e familiar.

Assim como acontece nos protocolos de consulta, o conteúdo de um protocolo biocultural é definido pela própria comunidade, a partir de suas demandas e interesses. Algumas podem escolher registrar a agricultura; outras, a educação; outras ainda, diferentes aspectos de sua vida coletiva. O que importa é que cada protocolo reflete as prioridades daquela comunidade.

Carolina – assim como o Vitor, a gente não tem uma receita pronta, pois cada comunidade tem o seu formato, jeito de fazer, mas nesses três anos a gente foi se apropriando.

Após as falas, Fábio abre para a plenária e destaca que o Maranhão tem muita diversidade e que a gente precisa muito se apropriar de protocolos bioculturais.

Lindomar do IPAN – A sua versão de protocolo é realmente muito importante para as comunidades tradicionais. Eu já participei de uma experiência semelhante, desenvolvida pelo ISPN, voltadas para áreas quilombolas. Trata-se do programa Tô no Mapa, que trabalha principalmente com a autoidentificação das comunidades, iniciando pelo mapeamento dos territórios.

Cidivania – Quero destacar a experiência que tivemos, enquanto RAMA, de apoiar dois territórios quilombolas Santa Maria dos Pinheiros e Santa Rosa dos Pretos na elaboração de protocolos comunitários. Esse apoio foi extremamente importante porque essas comunidades estavam vivendo um processo de enfrentamento violento com o Estado, em razão da duplicação da BR-135, uma rodovia projetada exclusivamente para viabilizar a exportação de commodities agrícolas e também a mineração.

Nesse sentido, os protocolos comunitários e bioculturais têm um papel essencial: reiterar e reforçar a identidade dos povos e comunidades tradicionais, frente a tentativas de enquadramento que invisibilizam sua existência. Por isso, deixo aqui uma provocação e um chamado: que possamos, enquanto pesquisadores, apoiadores e organizações, nos desafiar a fortalecer a elaboração desses protocolos como instrumentos de resistência, identidade e afirmação de direitos.

Ariana – o que se diferencia o protocolo de consulta tradicional para o biocultural?

Mariane - O protocolo não se restringe apenas a impactos como os grandes empreendimentos. Ele também se aplica a situações locais e cotidianas, como os casos de envenenamento e a derrubada de palmeiras. Portanto, o protocolo se torna um instrumento que cabe e deve ser utilizado nesses processos também?

Representante do MIQCB - Há alguma forma de reparação ou mitigação, considerando que já fomos violados mesmo depois de todo o esforço coletivo de construção do protocolo?

Carolina- É importante diferenciar os protocolos comunitários de consulta dos protocolos bioculturais. O protocolo comunitário define como os territórios desejam ser consultados, de acordo com suas normas e estruturas próprias. Já o protocolo biocultural traz as práticas e os conhecimentos tradicionais associados ao território. Por exemplo: como acontece a coleta do babaçu, quais os saberes envolvidos nessa prática, quais as formas tradicionais de manejo. Esse tipo de registro enriquece os processos de licenciamento ambiental e torna mais difícil a negação da nossa existência, já que aprofunda os detalhes que geralmente são omitidos ou apagados.

Sobre a questão das violações mesmo quando já existem protocolos, aqui na nossa região temos uma Rede de Defensores e Defensoras de Territórios. É através dela que recorremos ao apoio jurídico, de parceiros e aliados, e buscamos acionar instâncias como o Ministério Público. Essa rede nos ajuda a encaminhar denúncias de violações de direitos e a centralizar forças para enfrentar esse tipo de situação. Em resumo, os protocolos bioculturais são uma forma de reforçar os direitos das comunidades, organizar o conhecimento e garantir que as práticas tradicionais sejam respeitadas e valorizadas.

Assim, com agradecimentos se encerra o segundo painel.

Painel 3 Mercado de Carbono, Contratos Voluntários de REDD+ e Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA do Maranhão.

O terceiro painel é iniciado com cantos puxados pelas mulheres e Kátia puxa a frase de ordem *“contra o imperialismo! soberania popular na Amazônia!”*

Diogo Cabral – inicia questionando, quem já ouviu falar em crédito de carbono? E em seguida, explica o que é o gás carbônico e que apesar de ser natural e necessário para o equilíbrio do planeta, o excesso de emissão de CO₂ é prejudicial, pois ele é o principal gás responsável pelo efeito estufa.

Os efeitos já são sentidos no nosso dia a dia. Se compararmos as temperaturas de 30 ou 40 anos atrás, percebemos que o clima era mais ameno. No Maranhão, por exemplo, rios como o Rio Saco e o Rio Itapecuru eram abundantes, mas hoje cidades como Codó são marcadas pelo desmatamento e pela degradação ambiental. Essa mudança drástica na vegetação, causada pela ação humana, intensificou a produção de CO₂ e contribuiu para a perda de recursos naturais.

É nesse contexto que surge a importância da COP, a Conferência das Partes, que reúne anualmente representantes de mais de 190 países para discutir soluções para a crise climática. Um marco importante foi a COP 21, realizada em 2015, em Paris. Nesse encontro, os países firmaram o chamado Acordo de Paris, cujo objetivo central é limitar o aquecimento global a menos de 2 °C, preferencialmente a 1,5 °C, em relação aos níveis pré-industriais.

O Acordo de Paris também estabeleceu mecanismos financeiros para apoiar a transição climática. No seu artigo 6, foram definidos os créditos de carbono, uma ferramenta que busca incentivar a redução das emissões de CO₂ e atrair financiamentos para projetos sustentáveis. Assim, compreender o papel do CO₂ e os acordos internacionais como o Acordo de Paris é fundamental para entendermos a relação entre as nossas ações, o clima e a necessidade de soluções coletivas para enfrentar a crise ambiental.

Diogo traz que Vitor Hugo mais cedo falou que os conceitos de crédito de carbono e red. são complexos, pois foi construído para impedir que conheçamos. E crédito de carbono é um mecanismo financeiro criado pelo capital a fim de colocar a natureza como mercadoria.

E traz um exemplo *imagine que eu, enquanto grande empresa, esteja queimando combustíveis fósseis e liberando CO₂ na atmosfera. Enquanto isso, vocês estão em outra posição, preservando a floresta e não emitindo gases que prejudiquem o clima. Para compensar o*

impacto da minha poluição, eu compro de vocês um crédito que representa a preservação que vocês garantiram.

No entanto, há uma questão central: *o planeta Terra é um só. Não existem dois, três ou quatro planetas onde possamos equilibrar perdas e ganhos.* Isso significa que não adianta uma empresa do norte global comprar créditos de carbono do sul global para justificar a destruição que continua promovendo em seus territórios. Na prática, esse mecanismo de compensação muitas vezes mascara a verdadeira responsabilidade de reduzir as emissões na origem.

Diogo traz os dois tipos principais de mercados que regulam e realizam transações relacionadas aos créditos de carbono: o mercado regulado e o mercado voluntário. O mercado regulado é aquele criado pelos governos e estabelecido por meio de legislações ambientais, com o objetivo de limitar emissões específicas. Nesse modelo, os Estados definem suas metas de redução e criam normas que obrigam as empresas a adquirir créditos de carbono para cumprir essas metas. O Brasil, por exemplo, criou recentemente um mecanismo de regulação para esse mercado, estabelecendo diretrizes sobre como será feito o comércio de créditos de carbono no país.

Já o mercado voluntário é um espaço de transações privadas, sem a obrigatoriedade de uma lei que determine metas ou limites de emissões. Nesse caso, empresas, associações ou até indivíduos compram créditos de carbono por iniciativa própria. Por não ser regulado por uma legislação específica, esse mercado funciona a partir de contratos privados, muitas vezes negociados diretamente com comunidades, povos indígenas, quilombolas e outros grupos sociais que conservam áreas de floresta e biodiversidade.

Em seguida explica o que é O REDD+ é a sigla para *Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal*. Trata-se de um mecanismo criado no âmbito do Acordo de Paris de 2015, cujo objetivo é incentivar financeiramente a proteção das florestas, reconhecendo seu papel como importantes sumidouros de carbono. Na prática, significa pagar para que os países do sul global mantenham suas florestas em pé, evitando o desmatamento, e assim contribuam para a mitigação da crise climática.

No caso brasileiro, o Maranhão é um exemplo emblemático. O estado está dividido entre os biomas Cerrado e Amazônia Legal, e reúne territórios indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que têm papel fundamental na preservação ambiental. Nessas regiões, o REDD+

aparece como uma política de incentivo para manter a floresta em pé, oferecendo recursos financeiros e prometendo benefícios sociais e ambientais.

Diogo coloca que em tese o objetivo do REDD+ é nobre: proteger florestas, reduzir emissões e gerar benefícios para populações locais. Contudo, na prática, há uma contradição central. O mecanismo não questiona o modelo de desenvolvimento baseado na queima de combustíveis fósseis, principalmente no norte global, mas transfere para os países do sul global a responsabilidade de preservar os recursos naturais assim, mais uma vez, o crédito de carbono aparece como uma unidade financeira, uma moeda que movimenta interesses globais, quem polui mais compra créditos para manter seus privilégios, e quem preserva precisa vender a própria floresta como se fosse um ativo no mercado.

Como já se disse aqui em debate, o capitalismo privatiza tudo, inclusive a copa das árvores. E é isso que aconteceu: as copas das árvores foram privatizadas. Parece exagero, mas não é. Hoje, o que antes era um bem comum, acessível a todos, foi transformado em mercadoria. E, nesse ritmo, vai chegar o ponto em que até o oxigênio será privatizado.

Diogo reforça que, é importante compreender que o crédito de carbono é, em essência, uma unidade financeira ambiental que abre caminho para a privatização de bens comuns. E isso aprofunda contradições: *de um lado, o discurso da preservação; de outro, a financeirização da própria vida e da natureza.*

Diogo traz o exemplo dos Ka'apor, onde uma empresa norte-americana, a Woodlife Works, firmou contrato com uma associação indígena da região sem consultar o conjunto da comunidade. Posteriormente, outro grupo indígena do mesmo povo, liderado pelo Tuxatapamé, denunciou que o acordo foi feito de forma irregular e sem o devido processo de consulta, o que revela não apenas a violação da Convenção 169, mas também a tentativa de manipular e dividir o povo para legitimar interesses externos. Diogo finaliza sua fala, dizendo que o que está em jogo não é apenas a integridade dos contratos, mas a própria defesa dos modos de vida tradicionais e da justiça climática.

Representante do CIMI- traz que o mesmo também tem debatido a questão, destacando experiências internacionais, como a dos Suruí em Rondônia, mostrando que contratos de crédito de carbono podem limitar o uso de recursos e controlar territórios indígenas, restringindo direitos tradicionais. Diogo acrescentou que, no caso dos Ka'apor, a construção de projetos foi

suspensa, mas que todos os casos de projetos de carbono envolvem fraudes e a necessidade de protocolos comunitários claros.

Pacará de Saberes da RAMA e Exposição das ações da RAMA 2024 e 2025.

A partir daí, iniciou-se o **Pacará de Saberes da RAMA**, onde foram apresentados trabalhos das comunidades sobre experiências territoriais. Didi e Ariana explicaram a dinâmica e a importância desses trabalhos como registro das ações nos territórios, que futuramente comporão uma cartilha, destacando autores e experiências selecionadas para divulgação.

Durante as apresentações cibá externalizou: *“Queridos, eu não estou sozinha, porque tem momento que a gente diz assim, ah, eu vou desmanecer, porque eu não vou dar conta. Mas, na hora que a gente chega num espaço desses que vê, e principalmente o que eu estou vendo, juventude, que é a juventude que vai sustentar isso daqui pra frente, que a minha geração e outras daqui nós fizemos o que podemos fazer. Está aqui é a prova viva e que dá certo esse projeto, que o quem está dizendo que não dá,, assim, tá aqui provas concretas. Nós, aqui nesse evento, eu acredito que lá na nossa região nós vamos fazer um dessa forma, a se alimentar durante o congresso que tiver, com alimento saudável, produzido por nós. E que isso é ter provas.*

Ariana e Fábio fazem a apresentação institucional, assim como dos projetos em execução da



RAMA e a atuação da mesma na mobilização que emergem dos territórios e como a rede têm se organizado para fortalecer as ações das organizações. Ariana passa a apresentar os projetos em execução, os valores de cada um e como se deu os processos de negociação e apoio apresentando a equipe que executa um dos projetos e a função

de cada um. Ariana também colocou a importância dos projetos para a RAMA, explicando que a rede não tem CNPJ e que são as organizações que ancoram os projetos.

Fábio fala que não há outra organização que faça o que a RAMA tem feito hoje, é algo pesado e que a Ariana e outras companheiras têm ficado exaustas. O trabalho da RAMA é fortalecer a agroecologia, as agroflorestas e o que vocês têm feito nos territórios e é importante também mostrar esses anúncios a partir da agroecologia.

Ariana— a gente não quer só tabular dados, mas a gente precisa fazer as ações de denúncias e essas ações têm custado muito caro pra gente, a gente faz as denúncias já pensando também nas lapadas nas nossas costas e tem caras na RAMA que são marcadas. E quanto mais se tem representações da RAMA fica mais difícil de se ter um alvo só. Então a gente tem tido esse cuidado de não postar vídeos, fotos da família, pois temos que nos respaldar. Não estamos nos sentindo seguros. Então o que eu li aqui dos projetos, não é metade da luta e do que a gente passa para fazer as coisas acontecerem e ter o que a gente tem hoje.

Pra gente é desesperador chegar nas comunidades e ver as crianças com o corpo cheio de caroços e feridas, uma mãe relatando do filho com falta de ar e homens, pais dessas crianças chorando sem saber o que fazer e onde vai parar tudo isso.

A gente não está lutando só contra o sojicultor, mas sim contra multinacionais e produtores de veneno da Europa.

Ivanessa – *a gente chegar numa comunidade e um agricultor dizer que levou uma topada que o dedo esfolou e que não sente dor, a gente conversar com seu Wilson de 72 anos e ele chorar e dizer que esse povo vai matar a gente e nós não conseguirmos fazer muito, o veneno acabando com o território, bichos, plantas e a única água que se tem no território está envenenado e ainda ter pessoas que se omitem. Os drones estão em todo lugar, os venenos estão em todos os territórios, não é só esse ou aquele, temos que nos unir. A RAMA, tem feito bem esse trabalho, mas dando nó em pingo d'água, pois a situação só se agrava e enquanto todas as organizações perceberem que esse não é o problema da RAMA, tem que ser nosso e de todas as organizações, se isso não acontecer vai ser o que seu Wilson diz, vamos todos morrer com esse veneno. E como a gente fica olhando para essas pessoas que estão sendo atingidas? Então temos que nos organizar melhor e nos comprometer. Pois se tiram de nós o nosso território não conseguimos produzir, não fazemos a agroecologia.*

Representante EFA Pio XII – *hoje estamos enfrentando a mesma guerra de Hiroshima, mas com essa coisa mais social. Eu vejo o trabalho da RAMA, mas a gente precisa não só do território, mas dos municípios, das políticas públicas para se engajar com os territórios, estou vendo pouca gente para estar nessa luta, então se a gente não se unir não vamos combater essa doença que é o veneno e aos poucos os territórios vão deixando também os machados e os cotelos, para botar só o veneno. E a gente diz que ali é ta acabando com a terra, esse uso do veneno. Então precisamos que estados, municípios, territórios, sindicatos se unam nessa luta. No meu território duas empresas colocaram veneno e hoje não dá mais nem o mamão e a gente*

diz que é o veneno e tem gente que ainda pergunta será? E então precisamos desse apoio conjunto, por isso digo que a bomba de Hiroshima está vindo aqui pra gente, esses drones filmam tudo também. Então temos que estar nessa nossa luta, as juventudes, pois essas mesmas grandes empresas vão pegando os jovens, tirando esse valor da luta pela terra. E meus filhos estão voltando e percebendo que é no território que tem que ficar, no que é nosso. Então a juventude precisa também se envolver nesse movimento, é difícil, mas vamos buscando trazer essa juventude pra frente de luta nesse nosso país. Até os nossos canteiros que a gente coloca esterco de gado, queimam os coentros, porque os gados também são atingidos e em nós é doença que até os médicos não sabem dizer.

Palmeirinha – é muito importante os testemunhos que nos emocionam, mas também nos movimentam, nos impulsionam. Tem gente que me chama de radical, mas é bom ser o radical, não confundindo com fundamentalista ou porra louca. Mas com a indignação perante a sociedade com o que nos oprime, então toda vez que a gente se manifesta é bom para a indignação. Foi destacado o fortalecimento dos nossos instrumentos de luta e a necessidade de criar coletivos regionais da RAMA. Há dificuldades para organizar as organizações locais, e por isso é importante articular os regionais. Isso deve ser feito em articulação com lideranças. Por isso, quando temos experiências como as que foram apresentadas ontem, que trazem bases de apoio e motivação, todos nós ganhamos, porque fortalecemos a luta e a sociedade como um todo.

Em seguida, Arianne parte para a leitura da carta de princípios da RAMA. Após a leitura, a plenária traz as contribuições para carta, que é acatada por Fábio, ele traz que as contribuições serão acatadas e enviadas para quem contribuiu possa ver e analisar. Assim, seguem para as



adesões de novas organizações a RAMA, como a assinatura simbólica da carta, feita por Palmeirinha representando a CFR de Coquelândia.

Arianne e Fábio leem a carta do VI encontro do EMA. Após as contribuições da carta, arianne abre para a avaliação do encontro, onde a plenária avalia positivamente o encontro. Assim, o encontro se encerra com música, todos os participantes entoando cantos e erguendo as suas bandeiras de luta. Afirmando o compromisso com a agroecologia.

Anexos

Slides Painéis:

<https://drive.google.com/drive/folders/1VEuu105m0caxxeQVi7zI9j6NsujIvIIW?usp=sharing>

Carta de Princípios da RAMA:

https://docs.google.com/document/d/1D0-bwc3I1Au_DfBgPMtKopFAKj1q3t1x/edit?usp=sharing&ouid=107299077248632731060&rtpof=true&sd=true

Carta Política VI EMA:

https://670ab51a-8c39-42bf-9a5a-787b9a4e2a4e.usrfiles.com/ugd/670ab5_7ba890aa77c84067b110e9582c008f73.pdf

Conversa Desenhada VI EMA:

<https://drive.google.com/file/d/1sZVc1rDltRwhu-2vo7WsCoWjUnNYvMOw/view?usp=sharing>